



## **Modelo Operário Italiano: o surgimento do campo da saúde do trabalhador**

*Maria Julia de Paiva*

*Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos*

### **Introdução**

Uma das iniciativas mais significativas que influenciou e redirecionou o debate sobre o campo das relações saúde-trabalho no século XX foi o denominado “Modelo Operário Italiano (MOI)”, cujo propósito era combater a nocividade nos ambientes de trabalho.

Nascido no âmbito da CGIL (Confederazione Generale Italiana del Lavoro), na década de 1960, estendeu-se para diversas organizações operárias, transformando-se em referencial metodológico para as questões ambientais no trabalho.

Sua importância se consolidou na medida de sua disseminação para fora da Itália. “Algunos conceptos de este modelo, como ‘mapa de riesgos y daños’, pasaron a formar parte del ordenamiento jurídico de varios países” (Alonso, 2007, p. 17).

A origem do MOI remonta ao processo histórico de constituição da organização operária no mundo industrializado europeu do século XIX e, especialmente, à formação de um movimento operário na Itália durante o processo de industrialização italiano.

A filosofia política de Karl Marx, com *O manifesto comunista*, e de Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, pioneiros da formulação do anarquismo, no século XIX, e, ainda, a consolidação de dois blocos político-ideológicos na Europa, no século XX, influenciaram as lutas políticas dos trabalhadores e moldaram as peculiaridades do Modelo Operário Italiano.

No final do século XVIII e início do XIX, o mundo passava por uma mudança radical do modelo de produção; com a industrialização, esse processo, iniciado na Inglaterra, transformou as relações de trabalho, criando novas realidades e relações sociais. O desenvolvimento do capitalismo industrial desencadeou ritmos acelerados de produção, em escala antes não vista, cujo resultado foi a deterioração das condições de trabalho, submetendo especialmente mulheres e crianças a situações desumanas, impondo uma alteração do ritmo social estabelecido e causando sérios danos provocados pelo afastamento das mulheres da formação de seus filhos (Engels, 1986; Hobsbawm, 2007).

Neste capítulo, buscamos demarcar a origem mais remota da luta operária na Itália, cuja influência se prolonga até o surgimento do MOI, procurando compreender que raízes históricas foram significativas na sua constituição. A partir daí, caracterizou-se o MOI em suas variáveis de organização e luta, seus métodos e o legado que foi transferido à luta pela saúde do trabalhador no Brasil.

## **As origens da luta operária na Itália: os contextos históricos**

### ***O 1º contexto histórico: o século XIX e o Risorgimento***

Na Europa do século XIX, a realidade dos trabalhadores urbanos se deteriorava, e a pobreza era grande no campo. A formação da nova classe trabalhadora, a partir da Revolução Industrial, tornou inevitável o aparecimento de movimentos proletários que traziam como novidade uma consciência de classe, de uma nova classe – a classe operária –, que desafiava a classe dos patrões. A velocidade da mudança ocorrida nas relações sociais e de trabalho dava aos operários a certeza de que uma outra sociedade deveria surgir – uma sociedade mais cooperativa e mais coletivista – e, enfim, uma sociedade socialista (Hobsbawm, 2007).

O sofrimento e a luta que nasciam dos trabalhadores denunciavam o jovem capitalismo como seu causador, e Karl Marx via o proletariado como a única classe verdadeiramente revolucionária, defendendo um movimento criado pelos próprios operários para enfrentar as contradições e conflitos de interesses com a classe capitalista burguesa.

*O Manifesto comunista*, publicado por Marx e Friedrich Engels em 1848, dava a tônica do contexto político da época:

De todas as classes que hoje se opõem à burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão-se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é seu produto mais autêntico. (Marx e Engels, 2003, p. 55.)

Simultaneamente, o repertório ideológico do anarquismo impulsionava os ativistas revolucionários da época, em várias partes do mundo, e imprimiu na sua ação revolucionária um sentido de liberdade e igualdade e o desejo da conquista de uma vida social regida pela solidariedade. Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, teóricos do anarquismo, compactuavam com a ideia de igualdade política, econômica e social de todas as classes e com o fim do Estado, da família patriarcal e da propriedade (Hobsbawm, 2003; Lopreato, 2000).

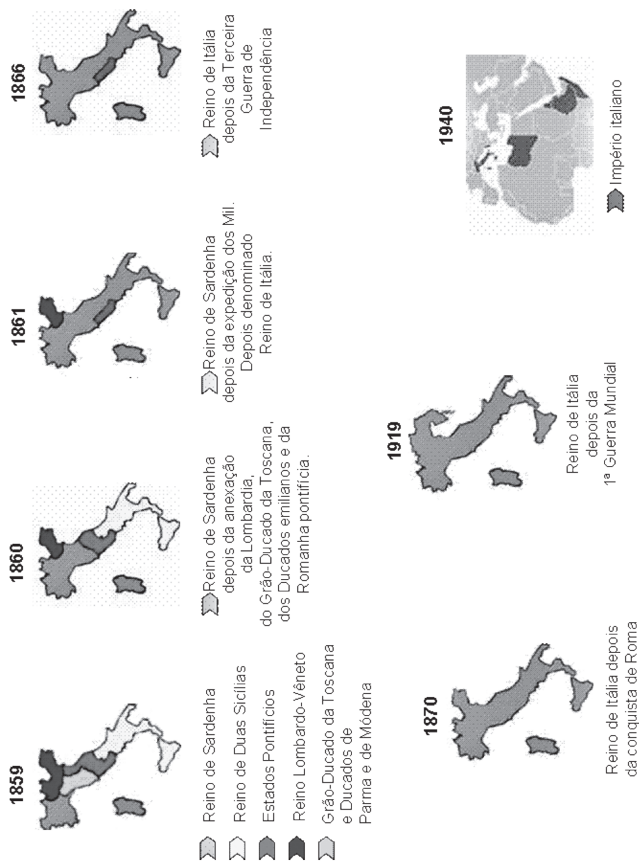
Nesse período, algumas conquistas no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores já haviam sido alcançadas. Na Inglaterra, por exemplo, já existiam leis de proteção ao trabalho, como o *Factory Act*, de 1833 (Graça, 1999). Contudo, a assustadora pobreza e a exploração das massas proletárias que se seguiram à Revolução Industrial, aliadas às repetidas crises e ao aumento da população, características do século XIX, influenciaram as ideias de Marx, que via a revolução como inevitável para a construção de uma sociedade melhor, embora excluísse os países onde a democracia já tivesse o seu espaço conquistado (Djilas, 1958).

Em 1864, Marx e sindicalistas ingleses, proudhonistas franceses, republicanos italianos e marxistas alemães criam um comitê internacional de trabalhadores que seria responsável pela elaboração de estatutos e programas para a fundação de uma organização internacional chamada Associação Internacional de Trabalhadores ou I Internacional, fundada em Londres, com o objetivo de criar uma teia de solidariedade em torno da luta dos trabalhadores, ultrapassando os limites da nacionalidade (Singer, 2003; Lenin, 1975).

Muitas foram as lutas internas e externas na I Internacional. A principal discordância interna foi entre o pensamento de Marx, que defendia a luta contra o Estado burguês e a imposição do poder operário como fase de transição para a conquista da emancipação econômica da classe trabalhadora e para o socialismo, e o pensamento de Bakunin, que defendia uma sociedade sem classes e sem Estado, alegando que todo Estado é opressor e, como tal, deveria ser suprimido. Em função das divergências, em 1876 a I Internacional acaba por dissolver-se (Marques, Berutti e Faria, 1989).

Nesse contexto internacional, a península italiana estava dividida em Estados e reinos (Figura 1) e encontrava-se, em parte, sob domínio estrangeiro de várias origens, ocorrendo constantes mudanças na sua cartografia e nas relações europeias (Bertonha, 2005).

Figura 1  
Divisões geopolíticas italianas (1859 a 1940)



Fonte: Baseado em ilustração da *Wikipedia*. *Risorgimento*, mapas do processo de unificação da Itália. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Risorgimento>>; captado em: 5-4-2010.

Entretanto, eventos internos na península e fora dela, que vinham ocorrendo desde o século anterior, criavam condições objetivas e subjetivas, tanto nacionais quanto internacionais, para a unificação italiana. Principalmente após a Revolução Francesa, a agregação das forças humanas que se encontravam dispersas na península e o despertar para a independência foram suscitados em várias regiões da Itália por homens patriotas que conspiravam pela República. Fato fundamental foi a eclosão do movimento liberal, que conseguiu desagregar a força política ideológica da Igreja Católica e enfraqueceu o papado, diminuindo sua influência sobre os governos.

Aliado a esses fatos, o equilíbrio europeu entre Áustria e França, países que dominavam parte da península, havia sido quebrado pela entrada de uma nova potência, a Prússia (Gramsci, 2002).

Assim, as intensas disputas por novos mercados e pela expansão territorial entre os países da Europa, no início do século XIX, levaram a Itália a concretizar um processo de luta pela sua unificação através do movimento *Risorgimento*, que teve como objetivo a constituição de uma Itália mais apta a enfrentar os desafios políticos e econômicos da época (Gramsci, 2002).

O movimento contou com inúmeras correntes políticas que atuaram em diferentes momentos, desde 1815 até a completa unificação e consolidação do Estado, que se deu em 1870 com a ocupação de Roma (Gramsci, 2002).

A origem do *Risorgimento*, além da influência ideológica do liberal-nacionalismo da Revolução Francesa, contou com movimentos republicanos, alguns provenientes de uma corrente laica que buscava uma função de primazia e missão italiana independente do papa. Esses movimentos convergiram para o apoio a Giuseppe Mazzini, nacionalista que fundou em 1831 uma sociedade secreta, com atividade revolucionária, chamada “Jovem Itália”. Em 1853, Mazzini torna-se

um dos principais articuladores do Partido de Ação<sup>1</sup> e, junto com Giuseppe Garibaldi, político revolucionário, propõe uma república unitária (Gramsci, 2002).

Os movimentos nacionalistas cresciam em toda Europa e eram propostos pelas classes intelectuais. Na Itália, ainda não havia para a maioria do povo um sentimento nacionalista. Não havia domínio da língua nacional, e a comunicação por dialetos era muitas vezes incompreensível entre o povo. Segundo Hobsbawm (2007), embora esse fato isolado não fosse decisivo, comprometia a construção de uma identidade nacional.

Apesar de algumas iniciativas radicais de mudanças, como a tentativa de invasão a Milão em 1848, a Roma em 1849, a Expedição dos Mil de Garibaldi em 1860 e a ditadura militar de Garibaldi na República Romana, com um governo mazziniano, as lideranças de esquerda não conseguiram incluir em seu processo de luta as grandes questões que afligiam o povo italiano, como, por exemplo, a reforma agrária. Isso se deu, possivelmente, pela oscilação vivida por Garibaldi, em função da relação pessoal de subordinação que tinha com os líderes dos moderados. Inclusive, de forma indireta, o Partido de Ação foi dirigido pelos interesses do rei Vitor Emmanuel II e do moderado primeiro-ministro Camillo Benso di Cavour, reforçando

- 
1. “[...] Para que o Partido de Ação se tornasse uma força autônoma e [...], conseguisse pelo menos imprimir ao movimento do Risorgimento um caráter mais acentuadamente popular e democrático, [...] deveria ter contraposto à atividade ‘empírica’ dos moderados [...] um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar os camponeses: à atração ‘espontânea’ exercida pelos moderados deveria ter contraposto uma resistência e uma contra-ofensiva ‘organizada’ segundo um plano” (Gramsci, 2002, p. 65).

o caráter *passivo* do processo de unificação da Itália, que, como o caracterizou Gramsci (2002, p. 63), “tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘Terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’”.

Na análise histórica do *Risorgimento*, observam-se alguns elementos desse processo:

A “revolução passiva” significa uma mudança profunda das relações econômico-sociais sem um forte movimento popular [...]. O fascismo italiano, na opinião de Gramsci, era uma revolução passiva, pelo menos no sentido de que introduzia um certo dirigismo estatal na esfera do planejamento econômico. Politicamente, o fascismo alemão foi uma tentativa extrema de restauração, que pretendia eliminar não apenas a Revolução Bolchevique e sua influência, mas também os resultados democráticos da Revolução Francesa no continente europeu. (Kebir, 2003, p. 149.)

O *Risorgimento* falhou, enquanto movimento revolucionário, na sua direção político-militar, e, como revolução passiva, ou revolução-restauração,<sup>2</sup> as lideranças de esquerda se submeteram aos dirigentes moderados de direita, deixando para trás a autonomia do Estado prometida, que se encontrava minada internacionalmente pelo papado e pela passividade das grandes massas. Entre 1861 e 1876, governada pela direita, a Itália investiu na construção de ferrovias e telégrafos, criando uma tímida condição externa para o desenvolvimento da economia (Gramsci, 2002).

- 
2. “Já então pareceu-me [...] que a teoria gramsciana da revolução, nos cadernos do cárcere não se limitasse à dialética entre revolução e contra-revolução. Ela se apresentava como uma dialética de ‘revolução-restauração’. [...] Nenhuma revolução alcançou inteiramente seu objetivo. As revoluções são acompanhadas e sucedidas por processos de restauração. Mas nenhuma restauração pôde eliminar completamente as conquistas revolucionárias” (Kebir, 2003, p. 148).



No período de 1876 a 1887, a esquerda assume o poder com Agostino Depretis (líder do *Risorgimento*), que, em 1882, uniu a Itália à Alemanha e à Áustria-Hungria, formando a Tríplice Aliança, contra o expansionismo da França.

Na sequência do governo italiano, Francesco Crispi, que foi definido por Gramsci (2002, p. 70) como “verdadeiro homem da nova burguesia” e que tinha uma “obsessão” pela unidade político-territorial do país (*idem*, p. 71), buscou conquistar terras coloniais, mas sem base econômica, levando a Itália a despesas exageradas e a uma grave crise financeira. Sua influência foi responsável pelas primeiras sementes de um socialismo nacional<sup>3</sup> que se iria desenvolver posteriormente entre alguns intelectuais italianos.

Giovanni Giolitti deu continuidade ao governo de Crispi sem efetuar grandes modificações, mantendo a mesma política colonial, voltada para a defesa militar (Gramsci, 2002):

Aqueles homens, efetivamente, não souberam guiar o povo, não souberam despertar-lhe o entusiasmo e a paixão [...]. A mesquinha vida política de 1870 até 1900, a rebeldia elementar e endêmica das classes populares, a existência tacanha e penosa de uma camada dirigente cética e pusilânime são a conseqüência daquela deficiência: assim como é sua conseqüência a posição internacional do novo Estado, destituído de autonomia efetiva porque minado internacionalmente pelo Papado e pela passividade animosa das grandes massas. (Gramsci, 2002, p. 105.)

- 
3. “Por ‘socialismo nacional’ deve-se entender não uma particular via nacional ao socialismo, mas, pelo contrário, o amplo movimento político e intelectual que prepara o fascismo, com sua ideologia corporativa e demagogicamente ‘anticapitalista’ e com o deslocamento do conceito de luta de classes, agora aplicado aos conflitos entre as nações (a Itália como ‘nação proletária’)” (Gramsci, 2002, p. 374).

## **0 2º contexto histórico: o século XX e Antonio Gramsci**

No início do século XX, a indústria na Itália vinha se desenvolvendo rapidamente, enquanto os progressos de uma agricultura capitalista mais intensiva mudavam os hábitos e a cultura de regiões inteiras, abalando as relações sociais e políticas tradicionais. No Norte, em várias cidades já industrializadas, surgia um grande proletariado, que já se organizava em redes e se manifestava através de greves, formando ligas de trabalhadores, criando seções do Partido Socialista, despertando nas províncias mais atrasadas um espírito revolucionário. Paralelamente, a burguesia capitalista se aliava aos grandes proprietários de terra e à burguesia rural, na tentativa de manter as mesmas relações sociais e políticas conservadoras. Embora, sob pressão, as classes dirigentes tenham reconhecido alguns dos direitos dos trabalhadores, as relações pré-capitalistas deram uma particular feição reacionária à vida política italiana, com grande resistência da burguesia rural em aliança com a burguesia industrial (Togliatti, 1950).

Foi nesse contexto que Antonio Gramsci, nascido na Sardenha, chegou a Turim, em 1911, para concorrer a uma bolsa de estudos na Universidade de Turim, e teve papel fundamental na história do movimento operário italiano e na história da cultura e do pensamento italianos (*idem*, 1950).

Turim tornou-se uma das maiores cidades industriais da Itália e referência das massas operárias italianas. A cidade já vivia a efervescência de uma nova consciência e organização operária, e Gramsci, ao chegar, ocupou no nascente movimento revolucionário um lugar de destaque. O movimento socialista se desenvolveu no país como um protesto contra o arbítrio e a privação das massas trabalhadoras de qualquer direito, o que lhe deu um caráter popular (Togliatti, 1950).

Gramsci, com uma saúde frágil, que lhe impôs muitas vezes o afastamento dos estudos, vivia dificuldades financeiras para se manter, sentia-se solitário e esgotado devido a suas limitações. Ainda assim,

demonstrava preocupação com os problemas dos camponeses, que sofriam com a injustiça de se propagandear que o *Mezzogiorno* (Sicília e Sardenha) comprometia o progresso e o desenvolvimento da Itália em função das características atribuídas aos “meridionais” (o povo da região), de preguiçosos, incapazes etc. (Fiori, 1979, p. 99).

Embora ainda não envolvido com a organização socialista, Gramsci participava, juntamente com seu recente amigo Palmiro Togliatti, também vindo da Sardenha, da movimentação dos líderes sindicais e das grandes concentrações de operários no parque da cidade. Segundo Togliatti, Gramsci demonstrava já ser um socialista. Sua relação oficial com o Partido Socialista Italiano (PSI), em Turim, foi iniciada no final de 1913, aumentando seu círculo de amizades. Seu grupo de relacionamento era formado por estudantes e principalmente por jovens operários e empregados.

Em 1914, escreve seu primeiro artigo político sobre a neutralidade italiana na guerra, no jornal *Il Grido del Popolo*, com o título “Neutralidade ativa e operante”, a mesma definição utilizada anteriormente no jornal *Avanti* pelo “jovem revolucionário”, militante do PSI, Benito Mussolini, que tinha como admiradores um grupo de jovens entusiastas que consideravam seus artigos revolucionários. Esses artigos eram principalmente caracterizados pelo estímulo ao confronto e à violência (Conceição, 2006). Embora as intenções de ambos fossem completamente diferentes, Gramsci achava que a neutralidade absoluta, exigida por alguns, faria do proletariado um espectador imparcial dos acontecimentos. Mais tarde, o fato lhe fez amargar várias vezes a acusação de intervencionista. Em função das intensas atividades desenvolvidas, o que prejudicava mais ainda seu já debilitado estado físico, pouco tempo depois se afasta e passa por um período difícil de isolamento (Fiori, 1979, p. 121 e 183).

Mussolini, após ter-se colocado a favor da guerra, foi expulso do partido e desenvolveu um enorme desprezo pelos antigos

companheiros, atacando-os ferozmente através do jornal *Il Popollo d'Itália*, financiado por industriais e fabricantes de armas italianos (Conceição, 2008).

Na Europa, a burguesia industrial, durante seu desenvolvimento, para manter baixos os salários das classes operárias e poder absorver a crescente população, adotou por base a sujeição de massas e a criação de um sistema de dominação através da colonização. A luta para conquistar novos mercados de matérias-primas e de mantimentos aumentou os conflitos econômicos e expansionistas, levando os países à guerra (Gramsci, 2004).

Com a guerra, a Itália, embora aliada da Alemanha e da Áustria-Hungria, declarou-se inicialmente neutra e em 1915 optou por tornar-se aliada à Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia). A Itália entra na guerra junto aos *ententes* com a promessa de que partilharia de algumas das colônias alemãs (Gramsci, 2004).

No final de 1915, Gramsci volta a escrever e aos poucos retoma seu interesse pelo debate e pela atividade jornalística, encontrando no socialismo um estímulo para a superação de suas dificuldades pessoais de saúde, financeiras e familiares. Em 1916, escreve no jornal *Avanti* e no *II Grido del Popolo* regularmente artigos literários, sociais e políticos. Seus textos tinham características bem diferentes das dos outros jornais socialistas. Originais e com propostas políticas concretas, transpareciam a convicção de que a teoria deveria se traduzir em fatos e as ações por ela sustentadas, para não se tornarem inúteis, deveriam tomar a feição de um método. Inspirado na maiêutica socrática, o método em Gramsci redundou na educação de massas, em contraposição ao modelo discursivo de tribunos (Fiori, 1979). Ele acreditava que através da cultura o proletariado tomaria consciência da sua função histórica e seria capaz de criar um novo Estado, tomando o poder e criando uma nova sociedade (Togliatti, 1950; Fiori, 1979).

De militante e jornalista do PSI, Gramsci se transforma em conferencista da periferia de Turim, levando sempre ideias novas aos operários, mantendo intensa atividade jornalística e realizando conferências. Sempre envolvido com as questões operárias, preocupou-se com a cultura e a participação direta dos trabalhadores na luta política. Gramsci saía dos limites da redação do jornal e propagava suas ideias, dando ênfase ao estudo e aprofundamento metodológico dos problemas (Fiori, 1979).

Na Rússia, os *soviets*, conselhos de trabalhadores que se encarregavam de coordenar o movimento operário nas fábricas, tomam o poder na Revolução Bolchevique de 1917 e instauram um governo operário e camponês. O fato causou grande alegria em Turim, e, segundo Buci-Glucksmann (1980), a revolução foi considerada por Gramsci uma “revolução total”, por incluir uma transformação de costumes e de concepção de vida (*idem*, 162). Gramsci apoiou a Revolução Russa e, em 1918, após a prisão de Maria Giudice, diretora do *Il Grido del Popolo*, passou a ser o único redator do jornal, transformando-o em uma revista de cultura na qual publicou as primeiras traduções do pensamento dos revolucionários russos, divulgando as ideias de Lenin, Gorki, Henri Barbusse e outros comunistas até outubro de 1918 (Fiori, 1979; Buci-Glucksmann, 1980).

A luta de classes nas fábricas, já durante a guerra, assumiu uma característica que ultrapassava a reivindicação de salário. Fortalecido pela luta dos sindicatos, o proletariado havia travado lutas políticas importantes. Em 1914, os operários em Turim fizeram manifestações antimilitares e em 1915 travaram uma luta armada para impedir a Itália de intervir na guerra contra a Alemanha. Em agosto de 1917, em Turim, os operários combateram nas ruas e nas praças durante cinco dias contra o imperialismo e o militarismo italiano (Gramsci, 2004; Togliatti, 1950; Buci-Glucksmann, 1980).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, a Itália, embora vitoriosa, não foi beneficiada pelos tratados que fizera anteriormente. O desgaste social e econômico mal recompensado mobilizou diferentes grupos políticos.

Em Turim, as comissões internas de fábrica, que vinham funcionando desde sua criação, em 1906, por iniciativa dos sindicatos, com a intenção de garantir uma representação dos operários dentro das próprias fábricas, na realidade só foram aceitas pelos empresários depois do fim da guerra, em 1919, provavelmente já por influência do Tratado de Versalhes e da criação da Organização Internacional do Trabalho.

Gramsci apesar de considerar limitada a forma de organização dessas comissões, concebeu que elas poderiam ser o início de uma organização do tipo soviético, com funções hierárquicas envolvendo toda a classe operária, através das instituições urbanas e de bairro, e propôs a criação dos “conselhos de fábrica”, dentro do próprio local da produção (Gramsci, 2004).

No mesmo ano de 1919, Gramsci, Togliatti e outros criaram o semanário *L'Ordine Nuovo* (A Nova Ordem) e no seu número 7 escrevem sobre o desenvolvimento das comissões internas, passando a construir junto com os operários, através de reuniões e debates, uma consciência proletária para dar voz ao movimento dos conselhos de fábrica. Considerando a importância do *L'Ordine Nuovo*, Gramsci ressalta no programa do jornal:

[...] a proposta de consagrar nossas energias a “descobrir” uma tradição soviética na classe operária italiana, a buscar o filão do real espírito revolucionário italiano. Real porque coincidente com o espírito universal da Internacional operária, porque produto de uma situação histórica real, porque resultado de uma elaboração da própria classe operária. (Gramsci, 2004, p. 403.)

O proletariado em Turim percebeu que muita coisa havia mudado no processo político italiano, que era preciso criar uma “nova ordem nas relações econômicas e sociais” (Gramsci, 2004, p. 391), e assim o movimento operário progrediu levantando discussões sobre os problemas políticos e econômicos da Revolução Russa nas assembleias. A vanguarda operária de Turim, que já havia lutado por aumento de salários e diminuição de jornada de trabalho, almejava agora conquistar seus próprios representantes nas discussões com o patronato (Buci-Glucksmann, 1980; Gramsci, 2004). Segundo Fiori (1979), nascia uma nova forma de autogoverno proletário, trabalhadores associados ao partido ou não, sindicalizados ou não.

No calor da imensa crise política e social, com a decadência das velhas elites, com pessoas desencantadas e desiludidas, a ameaça de uma revolução social e o colapso do antigo regime, surge na Itália um movimento paramilitar composto por ex-combatentes e radicais antissocialistas, antidemocrático, comandado, em 1919, por Benito Mussolini, os *Fascio di Combattimento*. Mussolini abandonou suas posições anteriores, pregando a ordenação do país com um regime forte, antidemocrático e antiparlamentar (Pazzinato e Senise, 1993).

Apesar do grande crescimento do Partido Socialista Italiano e a participação cada vez maior dos trabalhadores, no final de 1919 o PSI encontrava-se dividido e, conseqüentemente, enfraquecido. Contudo, em dezembro, os conselhos de fábrica mobilizaram em uma hora 120 mil operários, que se dirigiram ao centro de Turim em uma manifestação contra o horário de verão. Em consequência da demissão da comissão interna da Fiat, seguiu-se uma greve de solidariedade, e as fábricas foram ocupadas pelos operários. Em março de 1920, as tropas entraram nas fábricas em contraofensiva. Nesse momento, nem o PSI nem a Confederação Geral do Trabalho deram o apoio necessário à luta dos trabalhadores, o que faria

Gramsci considerar o PSI passivo e imóvel (Fiori, 1979). Num relatório para o conselho nacional do partido, ele propõe a renovação do PSI, alertando:

a fase atual da luta de classe na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário, com a passagem para novos modos de produção e distribuição [...] ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental. (Gramsci, 2004, p. 354.)

As discordâncias e desentendimentos no PSI eram cada vez mais acirradas, e em 21 de janeiro de 1921 Palmiro Togliatti, Antonio Gramsci, Amadeo Bordiga e outros militantes oriundos do PSI fundam o Partido Comunista Italiano (PCI). As dificuldades iniciais de organização e discórdias do PCI levaram Gramsci a considerar que os comunistas começavam derrotados, por não terem conseguido se fazer entender e convencer o proletariado organizado.

Após um tempo difícil de intimidações, violências e amarguras, em maio de 1922, Gramsci parte para Moscou, escolhido para representar o PCI no Executivo da Internacional. Encontrava-se deprimido e doente e precisou internar-se em um sanatório. Em função dessa internação, conheceu sua futura mulher, Giulia Schucht (Fiori, 1979).

Em agosto de 1922, na Itália, os trabalhadores se mobilizam, convocando uma greve geral para protestar contra a violência dos grupos fascistas. Benito Mussolini reage, realizando em outubro a grande “Marcha sobre Roma”, que leva o rei Vitor Emanuel III, pressionado pela alta burguesia, a nomear o líder fascista seu primeiro-ministro (Hobsbawm, 2003, p. 125). Dessa forma, o fascismo chega ao poder não através de uma revolução, mas por convivência e de forma constitucional, defendendo os interesses das velhas classes dominantes contra uma possível revolução social (Pazzinato e Senise, 1993; Hobsbawm, 2003).



Fascistas saqueavam e incendiavam as Câmaras do Trabalho,<sup>4</sup> jornais democráticos eram invadidos e dirigentes da esquerda eram perseguidos e mortos. Depois da prisão dos dirigentes do PCI, Gramsci, que estava em Moscou, recebe a ordem de transferir-se para Viena no final de 1923, para acompanhar mais de perto a situação do partido. Em abril de 1924, é eleito deputado pelo distrito do Vêneto e em maio de 1924 retorna à Itália (Fiori, 1979).

Mussolini suspendeu a ordem constitucional em 1924 e criou um Estado totalitário. Declarou-se responsável por seus atos perante o rei e obrigou o Parlamento a reconhecer sua autoridade para aprovar decretos como se fossem leis. Mandou matar Giacomo Matteotti, deputado que no Parlamento lutava por justiça e liberdade. Em 1926, o governo fascista decreta o fechamento dos jornais de oposição e a dissolução das agremiações políticas contrárias ao regime, instaura a pena de morte e os tribunais especiais, integrados por oficiais fascistas, e toma novas medidas em que dá início ao processo definitivo de transformação da nação em um Estado fascista. Mussolini criou o poderoso Grande Conselho Fascista, o verdadeiro dono do poder, cujo presidente era o próprio primeiro-ministro (Gramsci, 2002; Hobsbawm, 2003; Togliatti, 1950).

Em novembro de 1926, Antonio Gramsci, então deputado do Parlamento italiano, mesmo gozando de imunidade parlamentar, foi preso e encaminhado para Ustica. Acusado de crimes que não cometeu, julgado pelo Tribunal Especial de Roma, foi condenado a 20 anos de prisão. Segregado ao cárcere, passou por muitas privações, indo de uma prisão a outra, muitas vezes sendo impedido

---

4. Primeiras estruturas que reuniam trabalhadores independentemente do ofício. A primeira Câmara de Trabalho foi criada em Milão em outubro de 1891, como estrutura territorial, para o estudo e a defesa dos interesses da classe trabalhadora – CUT (2008).

de escrever e tendo a sua condição física já precária sem receber os devidos cuidados. Em 1932, sua condenação foi reduzida para 12 anos e quatro meses. Depois de muitas mudanças de clínicas e intervenções de sua cunhada Tatiana, seu irmão Carlos e seu amigo Piero Sraffa, em 1934, Gramsci conseguiu liberdade provisória, mas na prática ficou apenas livre dos guardas no quarto; embora tivesse permissão para sair da clínica, não tinha forças para isso. Com sua condição física cada vez mais precária, em 1937, já livre da pena, continuava internado e sofre um acidente vascular cerebral, morrendo após dois dias, em 27 de abril, assistido por sua cunhada Tatiana. Na prisão, com a ajuda de parentes e amigos, conseguiu escrever cartas e cadernos (Fiori, 1979).

A importância de Gramsci para o surgimento de um modelo operário que se vai contrapor aos modelos clássicos no trato das relações de trabalho pode ser compreendida segundo alguns aspectos. O primeiro deles diz respeito à influência que seu pensamento, perpetuado em sua obra, teve sobre a intelectualidade italiana no decorrer do século XX. Como um dos principais pensadores marxistas, Gramsci influenciou os partidos comunistas do mundo, em especial o Partido Comunista Italiano, um dos principais esteios do modelo operário, que vai introduzir o tema da saúde como prioridade nas relações de trabalho.

Outro aspecto diz respeito à sua participação na organização dos conselhos de fábrica ainda nos anos pós-Primeira Guerra Mundial. Esses conselhos foram responsáveis pela criação de uma cultura operária mais participativa e combativa que foi fundamental para a criação das comissões de saúde do modelo operário algumas décadas depois. Gramsci propôs uma “intervenção ativa” através de um trabalho de informação no campo técnico, com recolhimento de dados para as federações de categoria e órgãos centrais. De certo

modo, o mapa de riscos à saúde, proposto décadas depois pelos operários italianos, possui uma base crítica nessa forma de organização. Gramsci, a propósito, recomendava, num dos escritos políticos aos comissários de seção das fábricas:

[...] e dado que vocês viverão continuamente em meio aos operários e ao trabalho, estarão aptos a conhecer as modificações que, progressivamente, terão de ser feitas nos regulamentos, modificações impostas tanto pelo progresso técnico da produção quanto pela evolução da consciência e da capacidade dos próprios trabalhadores. (Gramsci, 2004, p. 278.)

Finalmente, a influência de Gramsci na formação de uma cultura de democracia operária – cujo foco centrava-se na educação da classe trabalhadora, com a proposta de criação de seções de instrução na própria fábrica, e tinha o objetivo de fazer os trabalhadores adquirirem conhecimentos sobre os processos de produção – semeou um cenário favorável para o reconhecimento de um saber operário, eixo estruturador das reivindicações de não delegação do modelo operário posterior.

### ***O 3º contexto histórico: o século XX e a Guerra Fria***

Após a Primeira Guerra Mundial, os países europeus encontravam-se destruídos, com a economia enfraquecida, e ainda sofriam as consequências da guerra. Com a retração da produção industrial e a paralisação do comércio, houve a quebra da bolsa nos Estados Unidos e a chamada Grande Depressão, de 1929. A recessão econômica nos Estados Unidos repercutiu no mercado internacional, alastrando-se por quase todo o mundo nos anos seguintes (Aquino, 2006)

O avanço dos regimes nacionalistas autoritários foi a pior consequência da Grande Depressão, e o fortalecimento da direita,

nesse período, encontrou terreno fértil em função dos reveses da esquerda revolucionária. O movimento comunista fora da União Soviética vivia uma grande retração, em função da política partidária adotada pela Comintern (III Internacional ou Internacional Comunista). Isolados, os comunistas passaram a considerar o trabalhismo de massa, vindo dos partidos social-democratas e trabalhistas, como adversário e fascista, desprezando o poder do nacional-socialismo da Alemanha. A ideia revolucionária de que a Grande Depressão facilitaria uma revolução social nos países centrais caiu por terra. Morria a esperança de restauração da economia e da sociedade, e o antigo liberalismo estava esgotado (Hobsbawm, 2003).

Nazismo e fascismo continuaram avançando, e, em 1933, Hitler assumiu a liderança da Alemanha, o que impulsionou o fascismo como um movimento geral, já que o fascismo italiano não tinha tanta influência internacional. Entre os dois regimes, havia em comum o nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, a violência das ações e outros elementos repressivos da chamada “direita”. Ambos tinham como característica a mobilização das massas, com a combinação de crenças e modernidade tecnológica (Hobsbawm, 2003).

A união da direita, depois da Primeira Guerra, contra o liberalismo, o movimento dos trabalhadores e a Revolução Russa, em especial o leninismo, fez-se com conservadores, reacionários e fascistas (Hobsbawm, 2003).

Alemanha, Itália e Japão se uniram, formando o “Eixo” em 1936, o que possibilitou conquistas territoriais dos três países, algumas sem resistência militar. Em agosto do mesmo ano, a União Soviética assinou um pacto de não agressão também com a Alemanha. Garantida a posição dos soviéticos, no mês de setembro o governo nazista invadiu a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial

(1939-1945). Em 1940, Mussolini invadiu a França e depois de alguns desencontros com Hitler resolveu desenvolver uma guerra paralela (Hobsbawm, 2003).

Em 1943, a Itália foi invadida pelos aliados, através da Sicília, provocando sucessivas derrotas dos fascistas. Mussolini foi obrigado a sair do cargo de primeiro-ministro e conseguiu depois fugir para o Norte do país, criando um governo paralelo: a República Social Italiana. Em abril de 1945, Mussolini tentou fugir para a Suíça, mas foi capturado e assassinado pela Resistência Italiana. Uma semana depois, os soviéticos invadem Berlim, e Hitler se suicida (Pazzinato e Senise, 1993).

Durante a guerra, as populações de vários países, incluindo a Itália, organizaram-se em movimentos clandestinos de resistência, inclusive armada, manifestando seu repúdio ao conflito. Os comunistas tiveram um papel de destaque nesses movimentos de resistência e obtiveram, a partir daí, um grande avanço político (Pazzinato e Senise, 1993).

Ainda, em 1943, após a derrocada de Mussolini, o Partido Comunista Italiano tinha em torno de 5 mil pessoas entre homens e mulheres, configurando um verdadeiro exército de governantes em potencial que haviam saído da cadeia ou do exílio. Eles tinham a esperança de assistir ao fim do capitalismo (Hobsbawm, 2003; Vacca, 2007).

A Segunda Guerra Mundial, como se sabe, deixou um rastro de destruição na Europa e Ásia e, como principal herança, a divisão do mundo em dois blocos: o capitalista, sob a hegemonia dos Estados Unidos, e o comunista, liderado pela União Soviética. Os governos antifascistas dividiram-se em anti ou pró-comunistas (Judt, 1989).

Em 1947, Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, conclama, em discurso no Congresso, todo o Ocidente a lutar contra o

totalitarismo soviético, dando início à chamada Guerra Fria, que se caracterizou pela corrida nuclear entre os dois países, pela espionagem e pela eclosão de guerras localizadas (Mee, 1975).

O capitalismo monopolista americano, para se sustentar, necessitava de reformas, e uma das estratégias seria a estabilização e o fortalecimento da economia europeia. Em junho de 1947, tem início nos Estados Unidos um programa de ajuda econômica para a reconstrução da Europa – o Plano Marshall –, idealizado pelo general George Marshall (secretário de Estado), na tentativa de conter a propagação do comunismo e reconstruir os países, tendo como parâmetro o modelo americano (Hobsbawm, 2003).

A *ajuda* americana foi oferecida aos países da Europa sob a forma de subsídios e empréstimos, totalizando 13 bilhões de dólares, durante os quatro anos de funcionamento. Entretanto, não se sabia exatamente o quanto cada país iria receber e nem mesmo a proporção do que seriam subsídios ou empréstimos. Assim, ficou ao arbítrio dos responsáveis americanos a distribuição dos fundos como também a sua administração, priorizando seus próprios interesses (Leontiev, 1949).

O acordo firmado com a Itália no Plano Marshall previa que o país deveria criar um fundo especial em liras que correspondesse em dólares ao valor dos subsídios recebidos. O fundo seria destinado ao pagamento aos Estados Unidos por sua administração. Também previa o comprometimento de criar e produzir produtos conforme a necessidade dos americanos. Antes do plano, em fevereiro de 1946, a imprensa democrática italiana divulgou que a ocupação americana arrecadara por vários meios 400 bilhões de liras (4 bilhões de dólares, ao câmbio da época). Somado a isso, industriais e banqueiros, aproveitando a facilidade do momento com o governo De Gasperi, em 1946 e 1947, transferiram 300 bilhões de liras para bancos

americanos e da América Latina e 200 bilhões de liras para bancos suíços (Leontiev, 1949).

Os 30 anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial caracterizaram-se por um “reformismo nacional” e, especificamente na Itália, pela importância do papel do Partido Comunista, que se tornou o principal partido dos movimentos do operariado italiano na luta antifascista, como assinala Giuseppe Vacca:

Tomava forma assim um reformismo nacional comunista, que, caso único na Europa, demonstrou uma capacidade de resistência e de evolução destinada a incidir profundamente na vida política e civil do país até os anos setenta. Baseava-se, precisamente, na conciliação entre classe e nação, a partir da missão que coube à classe operária na Resistência e na guerra da libertação; graças a ela, o PCI conseguiu ter um papel relevante na fundação da República, na elaboração do pacto constitucional e na construção do sistema político, e, do ponto de vista programático, desempenhou um papel comparável àquele que, nos outros países europeus, tiveram as grandes socialdemocracias. Pode-se dizer que, caso talvez único entre os partidos comunistas europeus, o PCI jamais se afastou do antifascismo como fundamento de uma política nacional reformista. A Constituição republicana tornou-se seu “programa fundamental”. (Vacca, 2007, p. 4.)

Após 20 anos de fascismo, de uma guerra que atingiu três quartos do seu território, a Itália tinha o maior partido comunista fora do bloco soviético, e Palmiro Togliatti, presidente do partido, tinha grande popularidade. A população era bastante politizada, e o Partido Comunista Italiano se diferenciava muito dos partidos comunistas de outros países por ter sido desde o início liderado por intelectuais. Togliatti uniu o antifascismo liberal ao marxismo político, vislumbrando uma reforma social e política de natureza prática, o que lhe rendeu muitas críticas e desencadeou uma pressão dos soviéticos, fazendo com que ele se voltasse mais para a autoridade soviética, o que causou muitas dissidências. Apesar da fidelidade a Moscou, o PCI manteve uma característica diferenciada dos outros

partidos comunistas, respeitando a autonomia de pensamento (Judt, 1989).

Do pós-guerra até a queda do Muro de Berlim, em 1989, o mundo viveu a expectativa de um confronto e uma corrida armamentista incomum até então. Dividido em dois blocos – americano e soviético – durante a disputa pela hegemonia política, econômica e territorial, de cunho ideológico, o mundo assistiu a uma série de acontecimentos marcantes que influenciaram a geopolítica contemporânea.

Apesar de não ter havido o confronto direto entre as duas superpotências e seus aliados, foram inúmeros os conflitos localizados, em que predominava a luta entre capitalismo e comunismo. Alguns dos eventos relevantes do período, influenciados pela Guerra Fria, foram a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 1949; a Guerra da Coreia, de 1950 a 1953; o Pacto de Varsóvia, em 1955; a corrida espacial, iniciada em 1957, com o lançamento do Sputnik pela União Soviética e do Explorer I em 1958 pelos Estados Unidos; a Revolução Cubana, em 1959, com a invasão da Baía dos Porcos em 1961 e a crise dos mísseis em 1962; e a Guerra do Vietnã, cujo país, ao final dos anos 1950, enfrentava conflitos internos decorrentes da oposição armada (*vietcongs*) contra a ditadura militar apoiada pelo governo americano, que entrou efetivamente no combate a partir de 1964, perdurando até 1975.<sup>5</sup>

Também como reflexo da Guerra Fria e do confronto ideológico entre os blocos, a América Latina passou por turbulências políticas que culminaram com a instalação de várias ditaduras apoiadas

---

5. Essas informações e as dos parágrafos seguintes foram obtidas no *site* de pesquisa da *A&E Television Networks* © 1996-2010 (*History Channel*), com direitos cedidos pela *Encyclopædia Britannica, Inc.* © 1994-2009. Disponível em: [www.history.com](http://www.history.com); captado em: 6-5-2010.



pelo bloco americano. Destacamos, a seguir, alguns acontecimentos latino-americanos relevantes do período.

Na Bolívia, René Barrientos, eleito vice-presidente em 1964, apoiado pelos Estados Unidos, desfechou um golpe de Estado. Durante seu governo, Ernesto Che Guevara foi assassinado em La Higuera (9 de outubro de 1967). Na sequência, Hugo Banzer, em novo golpe de Estado também apoiado pelos americanos, assume o poder, aliando-se aos governos autoritários latino-americanos no combate aos movimentos de esquerda.

Sempre com o apoio do bloco americano, no Brasil ocorre um golpe militar, em 31 de março de 1964, sucedendo-se cinco presidentes gerais durante 21 anos de regime de exceção, com prisões, tortura, assassinatos e exílio de milhares de brasileiros. A Assembleia Constituinte convocada após a ditadura, encerrada em 1985, culminou com a Constituição Federal de 1988, em que se criou o Sistema Único de Saúde (SUS), e nele se inseriu o campo da saúde do trabalhador.

No Uruguai, em 27 de junho de 1973, o presidente Juan Bordaberry dissolve o Parlamento com o apoio das Forças Armadas e implanta um regime de exceção, desencadeando uma guerra contra os movimentos de esquerda.

No Chile, o presidente eleito Salvador Allende é deposto por um golpe de Estado, também apoiado pelos Estados Unidos (11 de setembro de 1973), assumindo o governo Augusto Pinochet, que implanta uma ditadura militar cruel, com violações de direitos humanos básicos, milhares de assassinatos, tortura e exílio de cerca de 200 mil pessoas. O Chile, no período autoritário, tornou-se uma espécie de balão de ensaio para a implantação da emergente ordem neoliberal do bloco anticomunista da Guerra Fria.

Na Argentina, em 1976, após vários anos de instabilidade política, um golpe militar inicia uma ditadura sangrenta que desencadeou a chamada “guerra suja”, com o sequestro, assassinato e desapareci-

mento de desafetos do regime. Em 1982, o regime declara a Guerra das Malvinas, que ocasionou o fim do ciclo autoritário.

No Paraguai, Alfredo Stroessner reinou durante 35 anos (1954 a 1989), mantendo constantes estados de sítio, com supressão das liberdades políticas e perseguição sistemática aos opositores do regime, em nome do anticomunismo.

Em praticamente todos os países latino-americanos, no período da Guerra Fria, o movimento operário de lutas por direitos foi silenciado, estabelecendo-se uma lacuna histórica que se refletiu na questão da saúde no trabalho. Uma cultura de saúde do trabalhador baseada no trabalhador como objeto, e não como sujeito ativo de sua vida, consolidou-se com o silêncio compulsório dos trabalhadores.

Enquanto isso, na Itália, o PCI chegou a ser em alguns momentos o maior partido comunista do Ocidente, tendo como vice-secretário-geral no período de 1969 a 1971 e secretário-geral no período de 1972 a 1984 o senador Enrico Berlinguer. Giovanni Berlinguer, irmão de Enrico e originalmente médico de fábrica, foi também senador em dois mandatos e deputado em três mandatos pelo PCI, tornando-se um dos intelectuais que participaram ativamente na construção do Modelo Operário Italiano. Hoje, membro do Parlamento Europeu,<sup>6</sup> continua sendo, por intermédio de suas obras, uma referência fundamental no campo da saúde do trabalhador.

## **O Modelo Operário Italiano: suas lutas e métodos**

Em função do que vimos até o momento, podemos concluir que o final do século XIX e o início do século XX foram ricos em

---

6. Informação obtida no *site* da VII Conferência da WHOCCs (Global Network of WHO Collaborating Centres of Nursing & Midwifery). Disponível em: <<http://www.primarycareconference.com/trabalhos.html>>; captado em: 6-5-2010.

movimentos, lutas, perdas e conquistas. Foi um período marcado por mudanças e pelo fortalecimento da classe trabalhadora no seu conjunto. No entanto, as duas guerras e o fascismo destruíram e fizeram esmorecer o vigor da luta operária que se desenvolveu no início do século XX.

Os primeiros anos do pós-guerra fizeram da Itália o campeão dos acidentes de trabalho na Europa, como símbolo estigmatizado de uma reconstrução do país e de seu parque produtivo. As reações suscitadas pelo problema, numa classe operária também em reconstrução e, também como na época de Gramsci, apoiada por parte de uma intelectualidade vinculada ao PCI, foram marcadamente direcionadas para a questão da saúde no trabalho. O fato de que o PCI ostentava uma força político-partidária considerável no contexto italiano das décadas de 1950 e 1960 favoreceu o surgimento de uma força operária pujante no encaminhamento de sua luta, no caso, com um foco muito marcado sobre a “saúde nas fábricas”.

Na época, a realidade impunha a escolha entre ter emprego e lutar pela saúde. Sindicatos e partidos dos trabalhadores abriam mão de uma análise mais profunda em relação aos riscos e danos impostos à saúde pela modernidade tecnológica, em troca de maiores salários, horas extras, indenizações e adicionais em dinheiro, como compensação pela exposição aos riscos (Berlinguer, 1983, p. 20). A Itália, calada quanto ao conflito de classes, tinha nas mãos dos patrões o controle sobre as condições de trabalho e suas consequências. Uma identidade da classe trabalhadora que reconhecesse o direito sobre sua força de trabalho estava ainda por vir.

A consciência que reconhece que a força de trabalho faz parte de uma engrenagem social, e que sem ela o patrão não pode se reconhecer como tal, é um processo que implica amadurecimento político e cultural e, por isso, lento. No caso da Itália, esse processo foi desencadeado, na década de 1960, com a mobilização da classe

trabalhadora vinculada ao tema “exploração = doença” e “ação coletiva = mais saúde” (Berlinguer, 1983, p. 17).

Desde 1949, com a ascensão da Democracia Cristã na Itália, os acidentes de trabalho vinham aumentando muito e, segundo dados do anuário *Notizie statistiche dell’Inail*, em 1954 superaram um milhão de casos anuais. Durante a década de 1950, muitos debates sobre a saúde nas fábricas foram promovidos por sindicatos e partidos políticos, e, no mesmo ano de 1954, a CGIL introduziu o tema “Retorno à fábrica” para discussão em seus sindicatos afiliados, na tentativa de negociar todos os aspectos das relações de trabalho (Alonso, 2007, p. 35). Era necessário conhecer a nova realidade de produção, a organização do trabalho, o tempo de trabalho, o ambiente, e enfim desenvolver uma investigação que fosse participativa, com o objetivo de criar estratégias de proteção física e psíquica para os trabalhadores. Até então, prevalecia na cultura proletária e patronal a monetarização do risco – exposição ao risco em troca de dinheiro (Alonso, 2007; Berlinguer, 1983). Iniciava-se um movimento operário que, mais adiante, culminaria com o Modelo Operário Italiano. A questão gramsciana do método nas ações propostas pela teoria parecia eclodir no inconsciente coletivo da classe operária.

Muitos foram os colaboradores desse movimento: trabalhadores, sindicalistas, estudantes, técnicos e, como se sabe, inúmeros personagens anônimos que constroem a história. Todavia, alguns desses personagens se destacaram por sua participação e liderança, como Gastone Marri (sindicalista e mentor do modelo), Ivar Oddone (médico e mentor do modelo) e Giovanni Berlinguer (médico e político do PCI). O Partido Comunista Italiano também cumpriu um papel fundamental nessa luta e influenciou profundamente a vida política e civil do país nesse período (Vacca, 2007).

O momento demandava uma transformação que tivesse como protagonista o trabalhador. Foi nascendo assim, dentro da CGIL,

um modelo de controle da nocividade do ambiente de trabalho que incluía trabalhadores, sindicalistas e técnicos. A construção mais marcada desse modelo teve início em 1961, quando os acidentes de trabalho atingiram a marca de um milhão e meio, por ano, numa curva em ascensão. A principal característica desse modelo foi o reconhecimento, por parte dos trabalhadores, do poder do seu saber (Alonso, 2007; Berlinguer, 1983).

O Modelo Operário Italiano nasceu com a proposta de modificar conceitos e romper com o paradigma no qual a defesa da saúde deveria ficar a cargo das instituições oficiais. Assim, o saber operário passou a ter fundamental importância na construção de um novo ambiente de trabalho, já que a vivência operária detinha as informações e impressões da realidade vivida (Alonso, 2007).

Oddone e colaboradores (1986, p. 28) observam que “a classe operária contrapõe à tendência patronal uma alternativa: um ambiente de trabalho no qual não só esteja ausente qualquer fator nocivo, mas onde também sejam satisfeitas as exigências do homem”. Nesse sentido, todo o processo desenvolvido com o propósito de criação do modelo foi sempre acompanhado pela ideia da necessidade fundamental de um envolvimento ativo e responsável dos trabalhadores. Foram imprescindíveis muito debate e a valorização de muitas experiências. Gradativamente, esse modelo foi sendo incorporado à cultura e estratégias sindicais (Alonso, 2007).

Inicialmente, após denúncia operária, trabalhadores, sindicalistas e técnicos identificaram, na Farmitalia, por meio de assembleias e entrevistas, as causas da nocividade ambiental e todas as características do processo produtivo. Outras experiências sucederam-se na Fiat Mirafiori e, embora algumas dessas lutas tenham ficado no meio do caminho, a base do problema era visível e a possibilidade de aliança entre técnicos e operários era real. Em 1961, negociou-se um convênio com reivindicações revolucionárias como: substituição

de substâncias mais nocivas por outras menos nocivas; adoção de medidas preventivas; criação de uma comissão ambiental; rodízio e pausas nos trabalhos de risco; direito de o sindicato intervir com peritos externos (Alonso, 2007; Oddone *et al.*, 1986).

No ano de 1963, já se dispunha de um material teórico suficiente para dar início a um debate em que sindicato e trabalhadores se confrontariam com algumas questões, como apontou Gastone Marri: adaptação da mão de obra às condições de trabalho, priorizando a indenização em detrimento da prevenção; eficácia do controle interno em relação às condições de trabalho, ao maquinário e aos utensílios; legislação sobre as patologias relacionadas ao trabalho; relação homem-máquina; idoneidade do ambiente representada pelo trabalhador, segundo suas exigências psicossomáticas (Belli, 2001).

Em 1964, em Turim, um grupo de operários, sindicalistas, estudantes e técnicos criou o primeiro centro de luta contra a nocividade no trabalho (o segundo foi criado em Milão, e posteriormente mais 14 foram criados), com o objetivo de construir uma memória consciente dessa luta. Era um grupo informal que se propôs a ser um centro de controle da nocividade do ambiente, de estudos das enfermidades, dos efeitos da fadiga, dos agentes químicos, da silicose e outros estudos tão importantes para o debate (Alonso, 2007). Cabe lembrar a palavra de Gramsci, em Turim, num de seus artigos no *L'Ordine Nuovo*: “Somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção” (Gramsci, 2004, p. 245).

Muitos foram os debates, experiências e colaborações, mas foi Ivar Oddone o responsável pela implicação da saúde não como reivindicação, mas sim como algo a ser construído com a participação direta dos trabalhadores, através da conscientização do significado da própria saúde, como salvaguardá-la e quais os meios utilizáveis para preservá-la no ambiente de trabalho (Belli, 2001).

Assim, o tema saúde, em um contexto mais amplo e subjetivo, foi ocupando espaço nas discussões, e a experiência operária passa a ser o instrumento básico para o desenvolvimento de um modelo sindical de controle do ambiente de trabalho e sua nocividade (Belli, 2001).

Em 1967, por iniciativa do Partido Comunista Italiano, foi iniciado um inquérito que, através de questionários e entrevistas, fez um levantamento amplo da realidade dentro da fábrica, do ponto de vista do operário, retratando a realidade da exploração com a convivência de todos os órgãos estatais que existiam para proteger o trabalhador (Berlinguer, 1983).

A participação ativa do trabalhador, o conhecimento e a sua autonomia possibilitaram, pouco a pouco, a construção do conceito de não delegação, cujo significado implica não delegar à técnica tradicional e instituída e à gestão político-institucional o direito do controle das condições do ambiente de trabalho. A validação consensual dos problemas e suas soluções, buscando o consenso entre os trabalhadores e destes com os técnicos, de modo a validar parâmetros de riscos e das condições de determinadas atividades, do uso de substâncias e da utilização de instrumentos técnicos, tornavam-se capazes de sustentar suas reivindicações (Alonso, 2007; Belli, 2001).

Num dos convênios regionais sobre medicina preventiva e ambiente de trabalho, em 1968, sintetizava-se na ata o papel do sindicato, ressaltando que a validação consensual e a não delegação (*validazione consensuale e la non delega*) não se realizam espontaneamente e, apenas, vão se tornar realidade se tiverem um objetivo claro e firme. Dentro da fábrica, o sindicato deve identificar grupos homogêneos dos trabalhadores (*gruppi operai omogenei*), fornecer modelos para analisar o ambiente, a estrutura dos modelos, as informações recolhidas pelo grupo, pela observação espontânea na busca de soluções, de modo a contestar e negociar um sistema de controle permanente dos problemas (Belli, 2001, p. 141).

Grupos de trabalhadores submetidos a condições laborais semelhantes, segundo a ideia de grupo operário homogêneo, passaram a assumir as avaliações dos perigos presentes e a pleitear as devidas modificações, tornando-se interlocutores políticos e *científicos* do processo.

A síntese desses conceitos que surgiam, enquanto palavras de ordem de uma nova luta, foi retratada no lema “A saúde não se vende nem se delega: se defende”. Essa emblemática sentença passou a ser a marca do movimento, aparecendo em cartazes, periódicos sindicais (Maccacaro, 1980) e publicações, como no título do livro de Alonso (2007), em que é narrada a trajetória do modelo operário.

Fruto das observações operárias, nesse novo contexto de grupo homogêneo nasceu o mapa de riscos, que passou a ser o instrumento utilizado para a análise metodológica das condições de trabalho.<sup>7</sup> O mapa de riscos serviu como estímulo à participação, na medida em que o trabalhador se via identificado no instrumento impresso, no qual relacionava seu estado de saúde com a exposição a um determinado risco (Alonso, 2007).

A partir de 1968-1969, muitas foram as conquistas dos trabalhadores italianos. Nos novos contratos de trabalho não se encontrava mais, ou encontrava-se muito pouco, a “monetização (ou monetização) do risco”; exigia-se o controle das condições prejudiciais à saúde; ficou decidido o poder de intervenção do trabalhador nas situações que afetassem sua integridade física e psíquica e o acordo de menor exposição do risco através de rodízios, redução de horário, mudança de ritmo e não mais a troca por salário (Berlinguer, 1983).

---

7. Por influência do Modelo Operário Italiano, o mapa de riscos foi adotado no Brasil e incorporado à legislação trabalhista. Para mais detalhes, ver Mattos e Freitas (1994).



Em 1970, foi sancionado o Estatuto dos Trabalhadores, com a Lei nº 300, que proíbe acertos que envolvam doenças ou acidentes de trabalho e determina o controle por meio dos serviços de inspeção pública. Estabelece o direito dos trabalhadores, através de seus representantes, de controlar a aplicação de normas para prevenção de acidentes e doenças profissionais e a promoção de investigação, elaboração e execução de medidas que protejam a saúde. A conquista do Estatuto – somada à consciência de juristas e médicos legistas de que a lei poderia ser ampliada –, a introdução dos inquéritos com a participação dos trabalhadores e especialistas e a participação da sociedade local no controle das intervenções sanitárias garantiram que, mesmo nas fábricas, a saúde seria protegida “como direito fundamental do indivíduo e interesse da coletividade”, como determina o artigo 32 da Constituição italiana. A proposta foi a de um modelo de proteção sanitária com a participação comunitária referendando a regulação da relação do homem com o ambiente, o que o caracterizou como de vanguarda, como expressou Berlinguer:

[...] o Estatuto dos Trabalhadores e alguns contratos coletivos firmados na Itália entre 1969 e 1973 são conquistas de vanguarda, no que diz respeito ao mundo capitalista. [...] Há entretanto alguns conceitos, algumas aquisições teóricas, que nasceram da experiência desses anos (e, portanto, radicadas nas massas) cujo valor transcende provavelmente o tema saúde e ultrapassa as fronteiras italianas. Creio que se os nossos filósofos [...] estivessem mais atentos à evolução da relação entre capital e trabalho, entre ciência e sociedade; [...] poderiam ser retiradas das lutas pela saúde conduzidas na Itália nesses anos, algumas indicações interpretativas de valor internacional para argumentos antigos que hoje suscitam debates apaixonados: a democracia como participação de massa; a relação ciência-trabalho e ciência-poder; os valores humanos na tecnologia moderna; a relação homem-ambiente. (Berlinguer, 1983, p. 23-4.)

Em 1972, uma convenção promovida pela CGIL, CISL e UIL (respectivamente Confederazione Generale Italiana del Lavoro,

Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori e Unione Italiana del Lavoro), em Rimini, fez o primeiro balanço das experiências vividas, e ficou claro para os sindicatos o valor da centralidade da fábrica na luta pela mudança, por tornar-se um *laboratório* vivo onde se experimenta e se aplica, o que possibilita a elaboração de novos modelos de produção e diferentes condições de trabalho e de vida (Oddone *et al.*, 1986).

Todas as conquistas dos trabalhadores italianos, no que dizem respeito às ações concretas de controle do ambiente de trabalho, representaram um grande avanço no mundo do trabalho. No entanto, a maior conquista foi ocupar o lugar de protagonista numa luta que transcendeu o tema saúde e o território italiano. A opinião dos trabalhadores e as suas experiências deixaram de ser apenas uma impressão e passaram a ocupar o lugar destinado ao conhecimento científico com a função de instrumento de transformação (Berlinguer, 1983).

Segundo Maccacaro (1980), se a medicina do capital serve para administrar a patologia do capital, a saúde da classe operária requer uma medicina da classe operária, em que esta possa se expressar como sujeito médico e político. Não é suficiente apenas o controle sanitário, mas o controle social, contrapondo-se a uma medicina baseada na “gestión farmacológica de los problemas sociales” e à ideia de que a rebelião é uma forma de enfermidade. Nesse contexto, a medicina não é curativa nem preventiva, mas “‘quizá solamente’ calmante y marginante” (Maccacaro, 1980, p. 80).

A história da saúde do trabalhador pode ser entendida em três fases: rendição, defesa e luta (*idem*). Embora as fases interpenetrem-se em cada ciclo histórico, elas são razoavelmente identificáveis. A primeira (rendição) é a que faz uso do trabalhador e da sua saúde apenas como corpo submetido à exploração, totalmente sem defesa e esperança. Nesta há uma sentença atemporal – presente

e passado – que prima pela não consciência e uma saúde operária sem qualquer valor. A segunda (defesa) é aquela que coincide com o direito dos trabalhadores como resposta às exigências do mercado. Nesta, os trabalhadores não se deixam expulsar do mercado por motivos de saúde. O mútuo socorro – uma das saídas para que isso não aconteça – está nas raízes da previdência social dirigida ao trabalho. A terceira fase (luta) é aquela em que o trabalhador toma consciência de si como parte fundamental do processo de produção e do desenvolvimento econômico. Ou seja, aquela que irrompeu na Itália como “explosão de uma consciência específica” nos anos 1960, com algumas descobertas. Uma delas, a de que mudando o sujeito do discurso muda-se o próprio discurso. Outra, a dimensão mental do complexo “bienestar-malestar”. E outras, de caráter metodológico, como o grupo operário, a pesquisa de fábrica e a relação entre fábrica e região, enquanto “lugar” social (Maccacaro, 1980, p. 83-4).

Podemos concluir que a classe trabalhadora italiana amadureceu a consciência de luta pela saúde, percebendo-se não mais objeto de investigação sanitária, mas sujeito de construção de uma política de saúde em que são encontrados pontos fundamentais discutidos nessa luta, como enfocou Franco Basaglia com outros autores no livro *La salute in fabbrica. Per una linea alternativa di gestione della salute nei posti di lavoro e nei quartieri* (edição italiana de 1974). Em sua edição mexicana de 1980, encontramos alguns desses pontos fundamentais: o processo saúde-doença como emergente estrutural das condições de trabalho e das condições sociais gerais vinculadas ao trabalho (Basaglia *et al.*, 1980, p. 14); a incapacidade teórica do modelo médico de analisar a problemática da saúde dos trabalhadores (*idem*, p. 16); a solução mais significativa para a crise da saúde é dada pelo movimento operário, que reivindica a unidade de ação e luta em torno da relação política e saúde

(*idem*, p. 28); “la salud obrera es la única que liberándose, libera también la salud de los demás hombres” (*idem*, p. 73); se a medicina do capital serve para administrar a patologia do capital, a saúde da classe operária requer uma medicina da classe operária, em que esta possa se expressar como sujeito médico e político (*idem*, p. 86); e, entre outros, as conquistas do Movimento Operário Italiano com a lei (artigo 9 do Estatuto dos Trabalhadores):

Los trabajadores, mediante su representación, tienen el derecho de controlar la aplicación de las normas para la prevención de los accidentes, de las enfermedades profesionales y de promover la investigación, elaboración y aplicación de todas las medidas encaminadas a vigilar su salud y su integridad física. (Basaglia *et al.*, 1980, p. 114.)

Entretanto, mesmo diante desses avanços dos anos 1960 e sucessivos, mantiveram-se as contradições entre as conquistas e a realidade das empresas; entre a consciência dos trabalhadores e as medidas efetivamente tomadas; entre o desejo e a práxis.

Na época, Berlinguer (1983) já assinalava as contradições na realidade social e no mundo da produção. A Itália, com o desemprego e uma tecnologia relativamente atrasada em relação a outros países, desestimulava tanto o empresário, no que diz respeito à garantia da saúde, quanto os operários, com medo de perder seus empregos e comprometer sua sobrevivência.

Outro fator importante no entendimento das contradições e da descontinuidade do processo de conquistas na Itália foi o papel que o Partido Comunista desempenhou nessa história como protagonista político-partidário do movimento operário italiano. O PCI nunca se afastou da luta antifascista como fundamento de sua política nacional reformista, mas, concluída a grande aliança contra o fascismo, o fato de pertencer ao movimento comunista internacional e se manter fiel à União Soviética impossibilitou o

partido de governar por falta de consenso. Enquanto isso, a Democracia Cristã unia-se à ordem internacional com a proposta de desenvolvimento do país. Embora mesmo não governando e o PCI de Togliatti visasse realizar reformas num contexto de um capitalismo mais maduro, com a introdução de alguns elementos do socialismo, defendendo a tese de que as classes populares haviam fundado o Estado italiano moderno, a reforma política e econômica não dependia só do PCI. Num regime de democracia e progresso, dependia do reconhecimento por parte das classes dirigentes e da legitimação do movimento operário como força de governo. Isso efetivamente não aconteceu (Vacca, 2007).

### **Uma conclusão inconclusa**

O legado do movimento operário italiano, que deu origem ao modelo da saúde do trabalhador, move o debate brasileiro sobre as relações saúde-trabalho. Não há como dimensionar a influência do MOI nos distintos países, mas é na América Latina que se tem um campo fértil de ideias originadas naquelas lutas. E o Brasil, não é temeroso afirmar, é o país latino onde uma ideologia da saúde do trabalhador, inspirada no modelo italiano, institucionalizou-se de forma mais visceral. Tanto a produção de conhecimentos, no âmbito acadêmico, quanto a instituição de políticas públicas das relações saúde-trabalho passam, em algum momento, com maior ou menor intensidade, pelos princípios do MOI.

Berlinguer, em 1983, considerava que, para dar continuidade ao processo de não delegação e validação consensual entre o saber operário e o saber técnico, num modo de troca não impositivo, seria necessária a implicação de pesquisas especializadas da medicina preventiva, do estudo das relações do homem com o ambiente

e as máquinas, do desenvolvimento e do aprimoramento das conquistas do homem em relação ao seu ambiente de trabalho e fora dele. Segundo ele, “o homem tem uma ‘natureza’ dupla, biológica e social [...]. Existe, superposta e entrelaçada nesta zona, uma larga faixa sujeita a avaliações sociais que dependem da situação do mercado de trabalho, das condições de produção, do nível das técnicas, das orientações culturais” (Berlinguer, 1983, p. 49). Podemos ainda continuar considerando a validade dessas observações.

E, nessa linha de considerações, com o legado do modelo operário não é possível dissociar do mesmo processo partes interdependentes que, por certo, vão além da saúde do trabalhador mas têm sua origem mais remota nesse campo de lutas:

Pensar saúde e trabalho/produção como partes interligadas e indissociáveis das políticas de Estado voltadas para o desenvolvimento significa pensar políticas públicas mediadoras das duas categorias que as tornem interdependentes, simbióticas. Daí, a hipótese de que uma “sustentabilidade do desenvolvimento sustentável” repousa numa reformulação estrutural profunda, poderíamos dizer, numa revolução do sistema de saúde de um país, qualquer que seja, tornando-o mediador entre Estado e sociedade na concretização da imagem finalística do que se pretende com a sustentabilidade da vida – saúde em última instância. Saúde das pessoas, das comunidades e dos ecossistemas que lhes viabilizam. [...] A lacuna que nos desafia é “revolucionar a revolução da saúde” com a introdução da relação saúde-trabalho como categoria transversal às suas questões, aspirações e ações. Em outras palavras, saúde do trabalhador poderíamos dizer, enquanto campo operacional de intervenção sobre a relação saúde-trabalho, cuja base teórico-metodológica singular alicerçada na saúde pública implica em articulações intersetoriais e sociais profundas. (Vasconcellos, 2007, p. 176-7.)

Se sabemos que, sem uma implicação política e social não se alcança a verdadeira dimensão do significado do que seja saúde e

que reconhecer que a doença é mais do que um distúrbio biossocial que, além de gerar sofrimento, denuncia um conflito histórico entre o homem, a natureza e a sociedade, a intervenção desejada deve incluir o “fenômeno sanitário total”, como foi a proposta do MOI. A inclusão dos aspectos sociais e culturais como forças que, embora fossem diferentes, tinham o mesmo objetivo, solicitando modificações e ajustes de toda ordem, buscava, em essência, a adequação para as necessidades do homem. A proposta do modelo operário talvez seja inadequada ao sistema capitalista, mas nos aponta para uma vigilância constante na observação dos sinais e na manutenção dos instrumentos que possibilitem o conhecimento para a intervenção, sempre ao lado da saúde humana, cumprindo uma função social e política de valor único (Berlinguer, 1983).

A luta operária italiana pela saúde constituiu-se numa revolução pacífica sem precedentes cujo significado estratégico ainda está por ser melhor estudado. Por certo, essa trajetória segue inconclusa.

## Referências bibliográficas

- ALONSO, Ángel Cárcoba (org.) (2007). El modelo obrero. *In: La salud no se vende ni se delega, se defiende*. Madrid, Fundación Sindical de Estudios-CC.OO-Ediciones GPS.
- AQUINO, Rubim Santos Leão *et al.* (2006). *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.

- BASAGLIA, Franco *et al.* (1980). *La Salud de los trabajadores – aportes para una política de la salud*. México, Editorial Nueva Imagen.
- BELLI, Andrea (2001). “Delega” e “non delega”: la CGIL davanti all’infornuto e alla malattia professionale. Tesi Di Laurea. Firenze, Faculdade di Scienze Politiche “Cesare Alfieri”, Università di Firenze.
- BERLINGUER, Giovanni (1983). *Saúde nas fábricas*. Rio de Janeiro, Cebes.
- BERTONHA, João Fábio (2005). *Os italianos*. São Paulo, Contexto.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne (1980). *Gramsci e o Estado*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique (2006). Algumas questões ideológico-educativas da extrema direita. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas, HISTEDBR-Faculdade de Educação/Unicamp. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Gilmar\\_Henrique\\_da\\_Conceicao\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Gilmar_Henrique_da_Conceicao_artigo.pdf)>; captado em: 1-3-2010.
- CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (2008). *Organização sindical e relações de trabalho: a luta dos trabalhadores na Itália e no Brasil*. São Paulo, Central Única dos Trabalhadores, Secretaria Nacional de Organização. Disponível em: <[http://www.sinpro-abc.org.br/download/cut\\_revista\\_site\\_sno.pdf](http://www.sinpro-abc.org.br/download/cut_revista_site_sno.pdf)>; captado em: 26-2-2010.
- DJILAS, Milovan (1958). *A nova classe*. Rio de Janeiro, Agir.
- ENGELS, Friedrich (1986). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global.
- FIORI, Giuseppe (1979). *A vida de Antonio Gramsci*. Tradução de Sergio Lamarão. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GRAÇA, Luiz (1999). *O nascimento da inspeção do trabalho*. Disponível em: <<http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos25.html>>; captado em: 5-1-2010.



- GRAMSCI, Antonio (2002). *Cadernos do cárcere*. Volume 5. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- (2004). *Escritos políticos*. Volume 1: 1910-1920. Tradução e organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HOBBSAWM, Eric J. (2003). *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita; revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2007). *A era das revoluções*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- JUDT, Tony (1989). *Pós-guerra – Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- KEBIR, Sabine (2003). “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LENIN, Vladimir Il’ich (1975). *Karl Marx: breve esboço biográfico com uma exposição do marxismo – Vicissitudes históricas da doutrina de Karl Marx*. São Paulo, Minerva.
- LEONTIEV, Alexei Nikolaevich (1949). O Plano Marshall à luz dos fatos. *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, n. 21, outubro de 1949. Transcrição para a web por Fernando A. S. Araújo e divulgação em março de 2008. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/leontiev/ano/plano/cap07.htm>>; captado em: 20-2-2010.
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette (2000). *O espírito da revolta – A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume-Fapesp
- MACCACARO, Giulio (1980). Clase y salud. *In*: BASAGLIA, Franco et al. *La salud de los trabajadores – Aportes para una política de la salud*. México, Editorial Nueva Imagen.

- MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flavio C.; e FARIA, Ricardo (1989). *História contemporânea através de textos*. São Paulo, Contexto.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2003). *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo, Martin Claret.
- MATTOS, Ubirajara A. O. e FREITAS, Nilton B. B. (1994). Mapa de risco no Brasil: as limitações da aplicabilidade de um modelo operário. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, n. 2, p. 251-8.
- MEE, Charles L. Jr. (1975). *O encontro de Potsdam – Um momento crucial da história*. Tradução de Luiza Machado da Costa. Rio de Janeiro, Record.
- ODDONE, Ivar; MARRI, Gastone; GLORIA, Sandra; BRIANTE, Gianne; CHIATTELLA, Mariolina; e RE, Alessandra (1986). *Ambiente de trabalho – A luta dos trabalhadores pela saúde*. Tradução de Salvador Obiol de Freitas. São Paulo, Hucitec.
- PAZZINATO, Alceu Luiz e SENISE, Maria Helena Valente (1993). *História moderna e contemporânea*. São Paulo, Ática.
- SINGER, Peter (2003). *Marx*. São Paulo, Loyola.
- TOGLIATTI, Palmiro (1950). Antônio Gramsci, chefe da classe operária italiana. *Problemas: Revista Mensal de Cultura Política*, n. 25, mar-abr, 1950. Disponível em: <[http://www.marxists.org/portugues/togliatti/ano/mes/gramsci\\_25.htm](http://www.marxists.org/portugues/togliatti/ano/mes/gramsci_25.htm)>; captado em: 10-8-2009.
- VACCA, Giuseppe (2007). A esquerda italiana e o reformismo no século XX. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. In: VACCA, Giuseppe. *Il riformismo italiano – Dalla fine della guerra fredda alle sfide future*, Prólogo. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=732>>; captado em: 5-4-2010.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de (2007). *Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, ENSP-Fiocruz.